

ACTA N.º 56/2002 – Reunião extraordinária do dia 2002.12.12

-----Aos doze mês de Dezembro do ano dois mil e dois, nesta vila de Bombarral e salão nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, João Carlos Barreiras Duarte, Jorge Manuel Costa Pereira, Rui Fernando Figueiredo Viola, Manuel Quintino Filipe Silva e António José Silva Faustino.-----

-----Secretariaram a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina de Melo Marques Lemos e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Estiveram igualmente presentes o Chefe da Divisão Técnica eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e a responsável pela Divisão Financeira Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente.-----

-----Pelas 23.00 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

ORDEM DO DIA

1531. CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO / LONGO PRAZO: Presente o processo de consulta às instituições bancárias para a contracção de empréstimo a médio longo prazo até ao montante de € 580.000, verificou-se que apenas foi presente a proposta da Caixa Geral de Depósitos com uma taxa de juro correspondente à EURIBOR a 6 meses / base 360 dias, acrescida dos spreads de 0,875% nos primeiros 5 anos ; 1,125% do 6.º ao 10.º ano; e 1,375% ou 1,5% no prazo remanescente. As restantes instituições bancárias consultadas (Banco Totta & Açores, Banco Nacional de Crédito Imobiliário, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Crédito Predial Português, Banco Comercial Português) não apresentaram propostas.-----

-----Foi deliberado por maioria com o voto contra do senhor vereador Luis Duarte e o voto favorável dos restantes do executivo remeter à Assembleia Municipal a proposta apresentada.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador Luis Duarte declarou que “o meu voto contra neste momento prende-se com o facto de perante a lei vigente se ter acabado de cometer uma ilegalidade ao avançar com o processo de contratação de um empréstimo quando a lei determina que todo o processo de consulta a instituições deve ser acompanhado obrigatoriamente de informação de pelo menos 3 instituições. Isto acontece porque actos destes que trazem grandes compromissos futuros para a autarquia sem que haja o máximo de transparência. Nós estamos a falar de mais € 500.000 e como é óbvio houve só uma instituição bancária a responder o que é natural porque para um empréstimo de mais de € 500.000, foi às 12.49 horas de dia 04.12.2002 que foi enviada a consulta por fax pedindo a resposta até às 15.30 horas de dia 09.12.2002, havendo um fim de semana pelo meio altura em que as instituições bancárias estão fechadas e as agências do Bombarral não têm capacidade de resposta local a este tipo de consultas, o que sempre implicou que no passado as mesmas tivessem datas mais amplas. Uma situação destas fere gravemente o que a lei determina.”-----

1532. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA PARA O ANO DE 2003: Distribuídas as versões do PPI e do orçamento da receita e despesa para 2003, foram as mesmas colocadas à discussão.-----

ACTA N.º 56/2002 – Reunião extraordinária do dia 2002.12.12

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Luis Duarte chamou a atenção para a não elaboração do inventário e balanço inicial nos termos do POCAL, bem como questionando como é que se conseguiu elaborar uma proposta de orçamento sem que a autarquia tenha a noção de qual a despesa efectuada em 2002 porque a recuperação da despesa ainda só vai em Julho de 2002. Quanto à primeira prioridade do orçamento para 2002, a zona de actividades económicas do Falcão, considerou não ter havido vontade política para o desenvolvimento do processo, apontando-se agora para o seu final em 2006, já depois de terem terminado as verbas comunitárias, pelo que este investimento estruturante foi mandado para as calendas e entretanto a despesa corrente aumenta em € 1.000.000 (200.000 contos) comparativamente ao orçamento de 2002. Chamou ainda a atenção de só ao empreiteiro Virgílio Cunha a autarquia dever cerca de € 1.000.000. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor presidente da Câmara declarou que a despesa já está recuperada até ao início de Setembro, esperando que na data da Assembleia Municipal já esteja praticamente tudo recuperado. Apesar das dificuldades a receita foi escrupulosamente calculada e em alguns casos é superior ao previsto. A despesa corrente aumenta sobretudo devido ao dinamismo concelhio nas áreas do desporto, da educação, da cultura e do turismo, correspondendo a um aumento da receita de cerca de € 900.000. O Bombarral tem dado provas de uma grande vitalidade. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Jorge Costa Pereira considerou que era importante na próxima segunda-feira ter a questão da recuperação da despesa ultrapassada sugerindo que as responsáveis calculem uma média para aquilo que faltar. Atendendo à situação financeira da autarquia disse ser difícil perceber como se aumentou a despesa corrente em € 1.000.000. Sugeriu que se afecte parte deste aumento à redução do passivo. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Manuel Quintino disse que tendo recebido os documentos na quarta-feira ao fim da manhã, e dado estar com muito trabalho por ser o fim do ano lectivo, não tem possibilidade de analisar detalhadamente as propostas de PPI e Orçamento até à próxima segunda-feira, data em que serão postos à votação final. -----

-----Pelas 00.30 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que a lavrou .-----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: